

## **TAMBOR DE MINA NO CIBERESPAÇO: A LUTA CONTRA O RACISMO RELIGIOSO A PARTIR DA PLATAFORMA YOUTUBE**

### **MINE DRUM IN CYBERSPACE: THE FIGHT AGAINST RELIGIOUS RACISM FROM THE YOUTUBE PLATFORM**

### **TAMBOR DE MINA EN EL CIBERESPACIO: LA LUCHA CONTRA EL RACISMO RELIGIOSO DESDE LA PLATAFORMA YOUTUBE**

**Arlindo Figueiredo do Rosário Júnior**

Mestrando em Ciências da Comunicação

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: [ajuniordeode@yahoo.com.br](mailto:ajuniordeode@yahoo.com.br)

**RESUMO:** No Brasil, as religiões afro diaspóricas, desde sua origem, são alvos de perseguições, sendo os meios de comunicação utilizados como principal instrumento de opressão. Este artigo pretende compreender como o Tambor de Mina atua no ciberespaço para resistir contra o racismo religioso presente em nossa sociedade. Delimitamos, assim, a análise em vídeos postados por pessoas adeptas do tambor de Mina em uma das plataformas mais acessada do mundo: o YouTube. Para atingir nosso objetivo, empregamos a Netnografia, utilizando a observação participante e a interações mediadas por computador como fonte de informações. Os autores que sustentam este percurso são: Fanon (2022), que discute a desumanização e a luta contra a opressão, e Santos (2023), que propõe uma “contracolonização”.

**Palavras-chave:** Tambor de Mina. Racismo Religioso. Resistência. Ciberespaço. Netnografia.

**ABSTRACT:** In Brazil, Afro-diasporic religions have been targets of persecution since their inception, with the media being used as the main instrument of oppression. This article aims to understand how Tambor de Mina acts in cyberspace to resist religious racism in our society. We therefore limited our analysis to videos posted by followers of Tambor de Mina on one of the world's most accessed platforms: YouTube. To achieve our goal, we employed netnography, using participant observation and computer-mediated interactions as sources of information. The authors who support this approach are: Fanon (2022), who discusses dehumanization and the struggle against oppression, and Santos (2023), who proposes a "counter-colonization."

**Keywords:** Mina Drum. Religious Racism. Resistance. Cyberspace. Netnography.

**RESUMEN:** En Brasil, las religiones afrodiaspóricas, desde sus orígenes, son objeto de persecución, y los medios de comunicación se utilizan como principal instrumento de opresión. Este artículo pretende comprender cómo actúa Tambor de Mina en el ciberespacio para resistir contra el racismo religioso presente en nuestra sociedad. Delimitamos, así, el análisis en vídeos publicados por personas adeptas al tambor de Mina en una de las plataformas más visitadas del mundo: YouTube. Para alcanzar nuestro objetivo, empleamos la netnografía, utilizando la observación participante y las interacciones mediadas por ordenador como fuente de información. Los autores que sustentan este recorrido son: Fanon (2022), que discute la deshumanización y la lucha contra la opresión, y Santos (2023), que propone una “contra-colonización”.

**Palabras clave:** Tambor de Mina. Racismo Religioso. Resistencia. Ciberespacio. Netnografia.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar como o Tambor de mina, religião afrodescendente nascida no Maranhão, cria mecanismos de resistência contra as mais variadas formas de discriminação e preconceito. Utilizamos o Youtube como meio de observação para compreender esses meios de resistências protagonizados por praticantes do Tambor de Mina. Quando um afro-religioso posta no ciberespaço um elemento, símbolo ou característica da sua religiosidade, e o internauta responde com preconceito, estamos observando uma manifestação de racismo que desvaloriza e marginaliza os conhecimentos e práticas religiosas afro-brasileiras, tratando-os como inferiores ou supersticiosos em comparação com as religiões e conhecimentos ocidentais (Oliveira, 2017, p.15).

Ao longo de sua trajetória, as religiões de matriz africana enfrentaram inúmeras perseguições de diversos setores da sociedade brasileira, incluindo os meios de comunicação, como jornais, televisão e, mais recentemente, a internet. Isso leva seus praticantes a relutarem em compartilhar nas redes sociais seus conhecimentos religiosos mais secretos (Lindoso, 2008, p. 07).

Este estudo se originou do projeto de pesquisa intitulado “O Sagrado e o Segredo: Netnografia das Práticas Afro-religiosas do Tambor de Mina no YouTube”, coordenado pelo professor Dr. Breno Rodrigo de Oliveira Alencar, no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC), vinculado ao Instituto Federal do Pará (IFPA – Campus Belém). Este artigo concentra esforços nas categorias de racismo religioso, contracolonização e resistência afrodiaspórica para pensar a potência no enfrentamento ao preconceito e o racismo religioso na Amazônia (Pará/Maranhão).

A principal problemática visa compreender os mecanismos que os praticantes das religiões de matriz africana, em especial o Tambor de Mina, utilizam como forma de resistência contra o preconceito e o racismo religioso na Amazônia (Pará/Maranhão). A Amazônia que nos referimos nesta pesquisa diz respeito à São Luís do Maranhão, a região metropolitana de Belém do Pará e a Baixada maranhense, lugares com maior número de praticantes de Tambor de Mina, sendo a primeira, cidade a precursora desta religião (Ferretti, 2000, p. 61).

Para alcançar o objetivo, esta pesquisa começou por uma análise do ambiente virtual, focando na atuação dos afro-religiosos no ciberespaço. Escolhemos a plataforma YouTube por ser a segunda plataforma mais visitada em todo o mundo, segundo dados recentes da Forbes, ficando atrás apenas do Google, e possuindo aproximadamente dois bilhões de usuários mensais ativos. De acordo com a mesma pesquisa, o Brasil ocupa o terceiro lugar em quantidade de usuários, sendo ultrapassado somente pela Índia e pelos Estados Unidos, com 142 milhões de brasileiros acessando o conteúdo disponível (Forbes Tech, 2023).

O procedimento metodológico adotado foi a netnografia, em seus aspectos observacionais, descritivos e analíticos. O campo de atuação, no que diz respeito aos procedimentos de coleta e análise de

dados, foi restrito ao ambiente da Internet, especificamente à plataforma YouTube (Kozinets, 2014, p. 61) A netnografia foi utilizada como um estudo observacional participante baseado em trabalho de campo online, utilizando comunicações mediadas por computador como fonte de dados para alcançar a compreensão e a representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunitário.

Para identificar os canais e indivíduos que produzem e divulgam conteúdos sobre as religiões de matriz africana, em especial o tambor de Mina, utilizamos palavras-chave e hashtags<sup>1</sup>. Avaliamos o alcance desses conteúdos por meio de número de visualizações, comentários, curtidas e compartilhamentos. Em seguida, fizemos uma triagem e assistimos aos vídeos selecionados para obter uma compreensão aprofundada do contexto em que o Tambor de Mina é apresentado, analisando as interações nos comentários e as respostas dos criadores de conteúdo e outros usuários. Por fim, comparamos os resultados encontrados para discutir a presença de padrões e suas implicações para o significado do Tambor de Mina enquanto religião afro-brasileira que resiste ao racismo religioso no ciberespaço.

Utilizamos as teorias de Fanon (2022) que discute a descolonização e a luta contra a opressão. Ele argumenta que a colonização não apenas subjugou fisicamente os povos colonizados, mas também desvalorizou e marginalizou seus conhecimentos e culturas. Ele destaca que a descolonização é um processo violento porque envolve a recuperação da identidade e do conhecimento dos povos oprimidos, que foram sistematicamente desvalorizados e suprimidos pelo colonizador.

Outro autor importante para pensarmos no tema é Santos (2023) que enfatiza a importância dos saberes tradicionais e da resistência cultural. Ele argumenta que a cultura e os conhecimentos afro-brasileiros são frequentemente deslegitimados e marginalizados pela sociedade dominante, que privilegia uma visão eurocêntrica do mundo. As religiões afro-amazônicas, ao manterem e praticarem seus saberes tradicionais, estão resistindo à marginalização e afirmando sua identidade cultural. A relação com a terra e a valorização dos conhecimentos ancestrais são centrais para essa resistência, conforme descrito por Santos (2023). Essas práticas não apenas preservam a cultura, mas também desafiam as narrativas dominantes que desvalorizam os saberes afro-brasileiros.

A reação preconceituosa da comunidade online não apenas perpetua o racismo, mas também reforça a exclusão e a marginalização dos afro-religiosos. No entanto, como Fanon (2022) e Santos (2023) sugerem, a resistência é possível e necessária. Ao continuar a postar e compartilhar seus símbolos e práticas religiosas, os afro-religiosos estão afirmando sua identidade e resistindo à marginalização. Essa resistência é um ato de descolonização, desafiando as narrativas dominantes e reivindicando o valor e a legitimidade de seus conhecimentos e práticas.

---

<sup>1</sup> Nosso estudo envolve nove vídeos presentes em quatro canais: TV Cultura, Tribuna Jurandense, DPU, SBT PA.

## 2 O RACISMO RELIGIOSO E COLONIALISMO DIGITAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O TAMBOR DE MINA NO YOUTUBE

O Tambor de Mina, originário do Maranhão no final do século XVIII, é uma religião de matriz africana que se propagou pelo Brasil, chegando aos estados amazônicos no período da economia gomífera. É uma fusão entre práticas africanas e ameríndias, com influências marcantes do catolicismo popular, caracterizando essa mistura cultural (M. Ferretti, 2000, p. 25).

A história do Brasil mostra que as religiões de origem africana, como o Tambor de Mina, têm enfrentado discriminação e preconceito. Durante muitos anos, os meios de comunicação, incluindo jornais e programas de televisão, tiveram um papel relevante em manter vivo o preconceito contra o Tambor de Mina e outras religiões afro-brasileiras (Lindoso, 2008, p. 03). Com o advento da internet, as religiões afro-brasileiras tiveram oportunidade de divulgar seus saberes e suas práticas, aumentar sua visibilidade e alcance. Essas religiões têm aproveitado o ambiente online para compartilhar suas práticas e convicções, além de se tornar um local de enfrentamento e oposição à intolerância religiosa. Isso ocorreu por meio de sites, blogs, redes sociais, fóruns de discussão, canais no YouTube, podcasts e outras ferramentas digitais. Nestes locais, os seguidores destas religiões podem dividir seus saberes, trocar experiências, questionamentos claros e dentre outras possibilidades que não tiveram na grande mídia.

Além disso, a presença online dos seguidores do Tambor de Mina tem ajudado a promover eventos religiosos, como celebrações, cerimônias e reuniões, possibilitando a aproximação de praticantes e admiradores em diversas localidades. Isso tem contribuído para fortalecer a identidade e as práticas das religiões de origem africana, frequentemente restauradas e ignoradas na sociedade. Entretanto, os desafios e resistências também se fazem presentes na inclusão das religiões africanas, como o Tambor de Mina, no mundo virtual. A falta de respeito e a tolerância religiosa pode ser observada de várias maneiras, incluindo discursos de ódio, disseminação de notícias falsas, ataques online e até invasões a comunidades virtuais dedicadas a determinadas regiões. Isso mostra que ainda há uma luta constante pela visibilidade e respeito no ambiente digital para aqueles que praticam essas crenças.

O racismo religioso é uma forma específica de discriminação que mistura intolerância religiosa e racismo, especialmente presente em locais onde religiões de origem africana são marginalizadas e alvo de perseguição, como no Brasil. Os atos discriminatórios e agressivos direcionados às religiões de origem africana e aos seus seguidores podem ser considerados racismo religioso. Estas práticas não visam apenas a fé religiosa, mas também a identidade racial e cultural dos praticantes. Embora a intolerância religiosa possa impactar qualquer grupo religioso, o racismo religioso é diretamente associado à raça e à origem étnica dos fiéis (Da Silva, 2024).

No período colonial no Brasil, o racismo religioso teve origens profundas devido à demonização e à perseguição das religiões africanas pelos colonizadores europeus. A perseguição persistiu mesmo depois

que a escravidão foi abolida, com as religiões afro-brasileiras sendo frequentemente relacionadas a rituais considerados "primitivos" e "supersticiosos". Essa marcação negativa continua presente nos dias atuais, resultando em agressões a locais de culto, preconceito contra seguidores e exclusão daqueles relacionados na esfera pública (Lindoso, 2008, p.09).

O II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe (2023), elaborado pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e pelo Observatório das Liberdades Religiosas, com o apoio da UNESCO no Brasil, revela um aumento significativo nos casos de intolerância religiosa no país. De acordo com os dados do Portal Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registrados 477 casos de intolerância religiosa em 2019, 353 casos em 2020 e 966 casos em 2021 em todo o Brasil. O relatório destaca que 2020 apresentou o menor número de casos entre os anos analisados, possivelmente devido às restrições de circulação e sociabilidade impostas pela pandemia de COVID-19, que podem ter contribuído para a redução dos incidentes (Santos, Dias, Santos, 2023).

Os dados indicam que as religiões de matriz africana, apesar de serem uma minoria, são as mais afetadas pela intolerância. Em 2020, foram registrados 86 casos contra essas religiões, número que aumentou para 244 em 2021. O relatório também aponta que os estados da Região Sudeste, os mais populosos do país, apresentam o maior número de casos, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste registram menos incidentes (Santos, Dias, Santos, 2023).

O estudo destaca um grande número de denúncias classificadas como “não definidas”, com 103 casos em 2020 e 234 em 2021. Essa categoria não especifica a crença religiosa das vítimas, o que limita a interpretação dos dados e sugere a necessidade de aprimoramento do canal de denúncias disque 100.

No Brasil, a intolerância religiosa é considerada um crime de ódio, classificado como inafiançável e imprescritível. Isso significa que não é possível pagar fiança para obter liberdade e que o crime pode ser punido a qualquer tempo. A Lei nº 7.716/89 estabelece a punição para crimes de discriminação ou preconceito por religião, com penas que variam de um a cinco anos de prisão.

Com o advento da internet, essas formas de discriminação migraram para o ciberespaço, onde a anonimidade e a ampla disseminação de informações facilitam a perpetuação do racismo religioso. As manifestações do racismo religioso no ciberespaço são variadas e incluem: Os discursos de ódio, através de comentários e postagens que incitam violência ou desprezo contra religiões afro-brasileiras. O Cyberbullying, com ataques direcionados a indivíduos ou grupos específicos, muitas vezes envolvendo ameaças e assédio. Fake news e desinformação, que é a disseminação de informações falsas ou distorcidas sobre práticas religiosas afro-brasileiras, visando deslegitimá-las e estigmatizá-las.

Outra realidade histórica no Brasil e que adentrou o ciberespaço é a perseguição de cristãos contra afro religiosos. Mesmo a liberdade religiosa devendo ser um direito fundamental, e a diversidade de crenças devendo ser respeitada, a anonimidade e o alcance global do YouTube permitem que indivíduos intolerantes

espalhem suas mensagens prejudiciais sem enfrentar consequências imediatas. Isso não só perpetua a discriminação, mas também pode levar a ataques psicológicos contra praticantes de religiões afro-brasileiras.

Figura 01: Print de comentários de vídeo analisado.



Fonte: Canal Tribuna Jurandense

Nestes comentários feitos há cinco anos, percebemos não haver moderação, o que entendemos uma necessidade de que plataformas como o YouTube implementem políticas mais rigorosas para identificar e remover conteúdos que promovam a intolerância religiosa, pois esta é uma luta que exige um esforço conjunto de governos, organizações, plataformas de mídia social e indivíduos.

Além disso, Fanon (2022) argumenta que a luta contra a opressão envolve a recuperação e a afirmação das identidades e conhecimentos marginalizados. As religiões de matriz africana na Amazônia, ao preservarem e praticarem seus rituais e crenças, estão engajadas em um ato de resistência cultural. Essa resistência constitui uma forma de descolonização, desafiando as narrativas hegemônicas que desvalorizam seus saberes e práticas. Muitos conhecimentos presentes no Tambor de Mina são saberes tradicionais trazidos pelas pessoas que foram sequestradas de suas famílias e trazidas para o Maranhão para serem escravizadas. Ferretti (2015, p. 231) propõe que o Tambor de Mina também teria sido influenciado pela Maçonaria, o que resultaria na adoção de costumes como a transmissão dos segredos da religião apenas para os iniciados.

A dimensão do segredo que compunha a irmandade de mulheres da Casa das Minas caracterizou a importante presença da liderança feminina durante toda a História dessa Casa. Entendemos que o segredo também se constitui enquanto tradição filosofia africana que tem por objetivo a propagação do conhecimento sagrado. O segredo é um agente que compõe a natureza de pessoa praticante do Tambor de Mina.

Nas tradições africanas, a palavra falada transcende a mera comunicação, é carregada de valor moral e sagrado. Isso se deve à crença de que a palavra tem uma origem divina e é imbuída de forças ocultas. Essa



visão confere à palavra um poder extraordinário e uma responsabilidade significativa, refletindo a crença de que a fala pode influenciar o mundo espiritual e material. A palavra, não é apenas um meio de comunicação, mas um diálogo composto por verdades divinas e morais. O segredo é uma forma de proteger esse poder sagrado da palavra. No Tambor de Mina, muitos conhecimentos e práticas são transmitidos oralmente e são cuidadosamente guardados dentro da comunidade. Somente aqueles iniciados e que passaram por determinados ritos de passagem têm acesso a esses segredos. Isso assegura que o poder da palavra e os conhecimentos sagrados não sejam profanados ou mal utilizados.

Nas tradições africanas [...], a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Agente mágico por excelência, grande vetor de “forças etéreas”, não era utilizado sem prudência. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p.169)

Nas tradições africanas, a palavra falada é vista como um agente mágico, dotado de poder e caráter sagrado. Essa visão se reflete nos rituais de Tambor de Mina, onde cânticos, rezas e invocações são realizados com grande cuidado e reverência, visando conectar-se com o divino e com os ancestrais. A prudência no uso da palavra, mencionada por Hampaté Bâ (2010), é essencial nesses rituais, pois a palavra tem a capacidade de invocar forças espirituais e alterar a realidade.

Além de seu valor espiritual, a palavra falada possui uma função social vital. Ela é um meio de transmissão de conhecimento, histórias, tradições e valores de uma geração para outra. A oralidade é um elemento central nas sociedades africanas, onde o conhecimento e a cultura são preservados e transmitidos através da fala. Este aspecto ressalta a importância dos griots, ou contadores de histórias, que são guardiões da memória e da identidade cultural.

O Tambor de Mina tem a tradição oral como uma forma viva de transmissão de conhecimento, essencial para preservar a memória coletiva. Esta característica é uma herança dos povos africanos que vê a escrita como uma representação do conhecimento, enquanto a oralidade é a essência viva desse saber, sendo as duas tradições muito importantes para a produção do conhecimento. A tradição oral é mantida por “grandes depositários” que são considerados a memória viva da África (Hampaté Bá, 2010, p. 183). Nesse sentido, o “segredo” que Ferretti (2009, p.233) afirma estar presente na tradição do Tambor de Mina, mais precisamente dentro da Casa das Minas, o qual constitui por rituais, símbolos, mitos, e outros elementos de tal religiosidade, tem origem africana, não sendo originário de princípios britânicos como a Maçonaria, se tornando uma frase colonialista afirmar que “o Tambor de Mina é uma maçonaria de negros” (Conferência de Encerramento, 2021).

Ao dar importância ao conhecimento transmitido de forma oral, às práticas rituais e à ligação com os ancestrais africanos, o Tambor de Mina questiona a dominação do saber formal e acadêmico europeu. Esse saber ancestral não se enquadra nas correntes dominantes da epistemologia, que muitas vezes ignoram

ou menosprezam conhecimentos não registrados e não ocidentais. Os praticantes do Tambor de Mina resistem à imposição de um único tipo de conhecimento ao preservar suas tradições, valorizando suas próprias formas de saber.

Refletir sobre o saber encontrado nos templos afro-brasileiros como uma manifestação de resistência epistêmica também suscita dúvidas sobre a desvalorização daqueles que praticam o Tambor de Mina. Mignolo (2008) sugere o termo “epistemicídio” como um dos impactos mais abrangentes da colonização, referindo-se ao assassinato de sistemas de conhecimento. Quando os conhecimentos tradicionais são subestimados ou considerados como inferiores, as pessoas e comunidades que possuem essas sabedorias também são desumanizadas. No caso do Tambor de Mina, isso se manifesta na marginalização social e na repressão cultural que os praticantes enfrentam na sociedade e no ciberespaço. Desconsiderar o valor do conhecimento afro-brasileiro é, de certo modo, perpetuar uma forma de violência simbólica que deslegitima identidades e histórias. A resistência epistêmica dos praticantes de Tambor de Mina também pode ser vista como um ato de solicitação e resiliência. Ao manter suas práticas e transmitir seus conhecimentos de geração em geração, identidades dessas comunidades não apenas preservam suas culturais, mas também desafiam as narrativas dominantes que procuram apagá-las ou assimilá-las. Este ato de “desobediência” é, na verdade, uma afirmação de soberania cultural e uma coleta das tentativas de epistemicídio (Mignolo, 2008).

Fanon (2022) discute como a colonização desumaniza os colonizados, impondo uma cultura e um sistema de valores que os aliena de suas próprias tradições e conhecimentos. Os praticantes do Tambor de Mina enfrentam essa desumanização quando suas práticas religiosas são vistas como inferiores ou supersticiosas, perpetuando a alienação cultural e espiritual. No ciberespaço, podemos observar uma forma de “colonialismo digital”, onde grandes corporações tecnológicas exercem um controle significativo sobre a informação e a cultura digital. Esse controle pode perpetuar desigualdades e marginalizar vozes de comunidades oprimidas, similar ao colonialismo tradicional (Lippold & Faustino, 2022). O colonialismo digital é uma característica do atual estágio do capitalismo. Este fenômeno se manifesta através da utilização de tecnologias digitais para exercer dominação política, econômica e social sobre outras nações ou territórios. Diferentemente do colonialismo clássico, que se fundamentava na ocupação física de terras estrangeiras e na construção de infraestruturas militares, de transporte, comunicação e administrativas, o colonialismo digital se apropria e expropria recursos de maneira virtual. Ele controla territórios e infraestruturas digitais, extrai trabalho, conhecimento e mercadorias de forma não física, e utiliza o poder estatal para facilitar a exploração e pilhagem de dados e informações de um determinado território (Lippold & Faustino, 2022, p. 58).

A manipulação de informações e a disseminação de fake news são práticas comuns no colonialismo digital. Um exemplo notório no youtube são os canais de evangélicos pentecostais que exibem vídeos de



peessoas que se dizem estar incorporadas com entidades das religiões de matriz africanas, ligando-as aos seres maléficis do cristianismo. Através de nossa observação participante no YouTube, nos chamou atenção na lista de vídeos a imagem de um canal de podcast, onde a capa de chamada para o vídeo apresenta a imagem de uma entidade das religiões de matriz africana supondo ter alguma ligação com demonio, ao clicar para assistir ao vídeo, se observa a descrição de “Lucifer” como sendo a “enidade” proposta na capa de chamada para o vídeo.

Figura 02: Capa da chamada para um vídeo com intolerância religiosa.



Fonte: Plataforma YouTube.

O fanatismo religioso pode resultar em intolerância e ódio em relação a outras crenças. No ambiente online, isso se manifesta por meio de ataques verbais, difamação e até ameaças físicas. Frequentemente, vídeos que abordam religiões de matriz africana são alvo de comentários preconceituosos e ofensivos, provenientes de indivíduos que não compreendem ou respeitam essas práticas espirituais. Os praticantes dessas religiões são frequentemente rotulados como “macumbeiros”, “feiticeiros” ou “adoradores do demônio”, evidenciando a falta de conhecimento e respeito por suas crenças. Além disso, há casos de vídeos postados com o intuito de difamar as religiões afro-brasileiras, apresentando desinformação e deturpando seus ensinamentos. Isso contribui para o reforço de imagens negativas e para a disseminação do ódio contra essas comunidades.

A exposição online pode atrair críticas, calúnias e disputas, especialmente em plataformas abertas como o YouTube. Há uma competição entre diferentes religiões por espaço e visibilidade online, o que pode gerar conflitos e intolerância. Vídeos sobre Tambor de Mina, como muitos outros conteúdos religiosos, podem atrair comentários negativos e preconceituosos. A exposição online torna essas tradições vulneráveis a críticas de pessoas que podem não entender ou respeitar suas práticas. Isso pode incluir desde comentários desrespeitosos até ataques diretos à religião e seus praticantes.

A competição por visibilidade online pode gerar conflitos entre diferentes religiões (Exemplo com fotos). No YouTube, onde o espaço é vasto, mas a atenção do público é limitada, religiões competem por seguidores e visualizações. Isso pode levar a disputas entre grupos religiosos, exacerbando a intolerância e a divisão. Embora a visibilidade online possa ajudar a promover e preservar tradições como o Tambor de

Mina, ela também pode resultar em representações simplificadas ou distorcidas. A busca por visualizações pode levar à criação de conteúdos que priorizam o espetáculo sobre a autenticidade, o que pode ser prejudicial para a compreensão e o respeito pela tradição. Por outro lado, a presença online também oferece uma plataforma para a comunidade se unir e apoiar uns aos outros. Vídeos educativos e informativos podem ajudar a combater preconceitos e promover uma maior compreensão e respeito pelas tradições religiosas.

### **3 O TAMBOR DE MINA NO YOUTUBE: RESISTÊNCIA, FÉ E TRADIÇÃO NA AMAZÔNIA**

O Tambor de Mina foi alvo de intensas perseguições ao longo de sua história, sendo a imprensa escrita, o principal veículo de propagação de sua imagem negativa (Lindoso, 2008). Esta fé nunca pôde mostrar seus costumes, inovações e conhecimentos de forma independente, sem a intermediação de pessoas externas à religião. Ao longo dos tempos, o Tambor de Mina foi difundido globalmente por seguidores do Cristianismo e de outras religiões. Com a era digital e o crescimento das redes sociais, muitos mineiros passaram a propagar sua identidade e seus saberes de forma independente, sem restrições e sem interferência externa na produção do conteúdo.

Criado em 2005, o YouTube transformou a forma como a mídia é consumida, facilitando o compartilhamento de vídeos. Ele se transformou em uma ferramenta fundamental para a cultura da participação. Ele revolucionou a mídia de massa, fazendo com que fosse possível para muitas pessoas se tornarem produtores de conteúdo e atingir uma audiência mundial. Esta plataforma é um local onde diversas entidades (companhias, artistas, entusiastas) colaboram e produzem material cultural. Durante nossas vivências nos terreiros de Tambor de Mina em São Luis do Maranhão e Belém do Pará, observamos que o Facebook, Instagram, Youtube e TikTok são usados pela comunidade afro-religiosa (Forbes Tech, 2023).

Nos dedicamos a observar e interagir na plataforma YouTube, que é o segundo site mais popular do mundo depois da plataforma Google, com aproximadamente dois bilhões de usuários ativos por mês, de acordo com uma pesquisa da revista Forbes, que mostrou o Brasil ocupando o terceiro lugar em quantidade de usuários, perdendo apenas para a Índia e os Estados Unidos, com 142 milhões de brasileiros acessando o conteúdo disponível (Forbes Tech, 2023).

Nossa pesquisa identificou que 23 canais disponibilizaram uma quantidade significativa de produções audiovisuais, resultando na coleta de 34 publicações. Essa coleta foi realizada utilizando quatro descritores: “Tambor de Mina”, “Tambor de Mina no Pará”, “Tambor de Mina no Maranhão” e “ritual de Tambor de Mina”. O critério para a seleção dos vídeos focou na religião Tambor de Mina em seus diversos aspectos, excluindo produções sobre candomblé, umbanda ou outras religiões de matriz africana, apesar de todas compartilharem pontos em comum.

Tabela 01: Vídeos analisados

Canal	Nº de Vídeos	Nº de Visualizações	Nº de Comentários	Nº de curtidas
Tribuna Jurandense	06	660.387	543	15.745
SBT-PA	03	6.247	88	156
Acervo Maracá	02	623	06	70
Élcio Silva	02	9.672	25	206
Hilton Sousa	02	89.669	24	601
Outros	19	342.524	563	121.510
Total	34	1.109.122	1.249	138.288

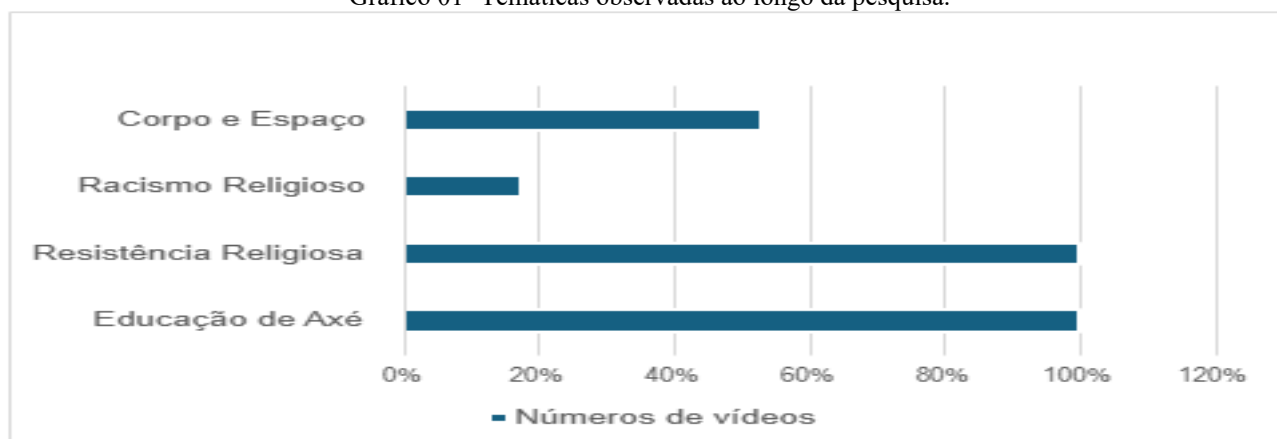
Fonte: Banco de dados pessoais coletados na Plataforma Youtube.

Dentro deste universo, constatou-se que 15 vídeos foram publicados durante o período pandêmico, 15 antes desse contexto e quatro após o período pandêmico. Embora nem todos os canais analisados pertençam a praticantes do Tambor de Mina, todos os vídeos abordam o Tambor de Mina na Amazônia (Pará e Maranhão), que é o lócus da nossa pesquisa. A coleta de dados abrangeu o período de 5 de junho a 17 de fevereiro de 2024, destacando-se que o total de visualizações dos vídeos ultrapassou a marca de um milhão.

Kozinets (2014, p.114) propõe que, após a coleta, os dados devem ser sistematicamente analisados para identificar padrões, temas, conflitos e outras características culturais relevantes. Nossa análise buscou entender as dinâmicas sociais dos vídeos presentes nos canais estudados e interpretar o significado das interações que apresentam a ideia de racismo religioso, resistência e contracolonialismo presentes no pensamento de Fanon (2022) e Santos (2023).

A partir dos dados coletados e apresentados, é possível inferir que as temáticas “Educação de Axé” e “Resistência Afro-religiosa” estão presentes em 100% dos vídeos analisados. Isso indica uma ênfase significativa na promoção da cultura e das práticas afro-religiosas, bem como na educação do público sobre essas tradições. Os temas abordados nas publicações refletem a complexidade e a riqueza da cultura afro-religiosa, evidenciando a profundidade e a diversidade dessas práticas culturais.

Gráfico 01- Temáticas observadas ao longo da pesquisa.



Fonte: Banco de dados pessoais coletados na Plataforma Youtube.

Considerando que os 34 vídeos coletados não tinham o objetivo de analisar racismo religioso, mas conhecer as formas de resistências utilizadas pelos mineiros na Plataforma Youtube, os dados desta pesquisa revelam um panorama preocupante sobre o racismo religioso nas plataformas digitais. Com 17,65% dos vídeos analisados contendo manifestações de racismo religioso nos comentários, percebe-se que este fenômeno é tanto um reflexo das tensões sociais presentes no mundo offline quanto um problema que se perpetua e se amplifica no ambiente online.

A observação de que o afro-religioso possui um espaço delimitado do qual não pode sair ecoa a ideia de um "mundo compartimentado" (Fanon, 2022, p. 33). Esse conceito refere-se à forma como as sociedades coloniais e pós-coloniais segregam e marginalizam grupos específicos, confinando-os a espaços físicos, sociais e simbólicos limitados. No contexto do racismo religioso, essa compartimentação se manifesta através da discriminação e da exclusão das práticas religiosas afro-brasileiras.

A presença significativa de racismo religioso nos vídeos analisados evidencia a urgência de discutir e observar essa questão, tanto no espaço offline quanto online. É essencial que essa temática seja abordada de forma aberta e crítica, buscando compreender as raízes desse preconceito e encontrar maneiras de combatê-lo. O fato de 17,65% dos vídeos analisados apresentarem racismo religioso nos comentários supõe uma segregação racial e religiosa presente nas plataformas digitais. Isso não apenas reflete as desigualdades e discriminações existentes na sociedade, mas também aponta para a necessidade de políticas e práticas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade religiosa. Fanon (2022) aborda a desumanização dos povos colonizados e o impacto psicológico e social dessa opressão. O racismo religioso contra praticantes do Tambor de Mina pode ser visto como uma extensão dessa desumanização, onde a negação do direito à expressão religiosa é uma forma de violência simbólica e psicológica, tirando o mineiro da condição de ser humano e o levando à condição de animal irracional.

Muitas pessoas não compreendem as práticas afro-religiosas, como o Tambor de Mina e a falta de conhecimento leva a equívocos e associações incorretas, como a crença de que essas religiões são satânicas. É fundamental educar e informar para combater esses preconceitos profundamente enraizados. As religiões afro-brasileiras têm raízes africanas e indígenas, com influências europeias, e são ricas em rituais, música, dança e espiritualidade. Essas práticas valorizam a conexão com a natureza, os ancestrais e os orixás (divindades). Ao contrário do estigma, essas religiões não têm qualquer relação com o satanismo. Na ilustração abaixo, um internauta postou nos comentários um texto religioso com pregações bíblicas. Esse evento ocorre no vídeo mais acessado do canal que divulga o Tambor de Mina, sendo esse o canal mais seguido.

Figura 03: Print de comentários postados nos vídeos

@paidesantosacrificacrianca1289  
há 5 anos  
NENHUM MACUMBEIRO ENTRARA NO CÉU, QUEIMAAAAA

@livramentocastro2718  
há 5 anos  
Intolerante religioso,, sai daqui se tu ja ta no céu,, o que tu faz aqui,, Vou te denunciar,,

@livramentocastro2718  
há 5 anos  
@paidesantosacrificacrianca1289 então vai pra la,, com a tua verdade

@paidesantosacrificacrianca1289  
há 5 anos  
O SANGUE DE JESUS, TEM PODER, QUEIMAAAAA

@willivaniaalves9420  
há 5 anos  
Intolerância religiosa é crime quer dizer que você vai para o céu você vai ser o primeiro a descer para o inferno

@willivaniaalves9420  
há 5 anos  
@marciomurilo9036 eu concordo Eli deve amar Eli está ligado em todos os vídeos

Fonte: Plataforma YouTube

Este estudo observou que o YouTube serve como um veículo importante para relatar episódios de discriminação religiosa. Além disso, identificamos ocorrências de racismo religioso quando adeptos de outras religiões, especialmente cristãos neopentecostais, invadem o espaço virtual dos praticantes do Tambor de Mina e postam comentários ofensivos, chegando a insultar as divindades da fé afro-brasileira. Esses incidentes foram observados em vídeos específicos relacionados à religião em estudo. Casos de intolerância religiosa também são documentados em reportagens transmitidas na televisão aberta e debatidos em fóruns organizados por grupos de direitos humanos, frequentemente em parceria com seguidores de religiões de matriz africana.

Figura 04: Reportagem sobre Intolerância religiosa.



Fonte: Plataforma YouTube

O caso de Jairo Tapajós, expulso da Guarda de Nazaré após levar uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré a um terreiro de candomblé em Belém do Pará, nos possibilita uma análise do racismo religioso e das tensões entre as práticas religiosas afro-brasileiras e a hegemonia católica, fruto de um colonialismo

secular. Jairo Tapajós, ao levar a imagem de Nossa Senhora ao terreiro, estava resistindo à “compartimentação” religiosa imposta pela sociedade. Esse ato pode ser visto como uma forma de afirmar sua identidade híbrida e desafiadora das divisões impostas pela hegemonia religiosa (Fanon, 2022, p. 33).

O racismo é uma ferramenta de opressão que serve para manter o poder e o controle sobre os grupos marginalizados. A expulsão de Jairo Tapajós da Guarda de Nazaré exemplifica como o racismo religioso é utilizado para reforçar as hierarquias sociais e religiosas. A decisão de expulsá-lo reflete uma tentativa de silenciar e marginalizar as práticas afro-brasileiras, mantendo a supremacia das tradições católicas. A falta de uma normativa específica que impedisse Jairo de levar a imagem ao terreiro destaca a invisibilidade da norma como um mecanismo de controle social e a ordem colonial (Fanon, 2022, p. 124). Jairo estava exercendo seu direito à liberdade religiosa e pessoal, mas foi punido pela transgressão de uma norma não escrita que privilegia a hegemonia católica.

A solidariedade e o apoio que Jairo recebeu de amigos e instituições ligadas às religiões afro-brasileiras podem ser entendidos como elementos que fortalecem a resistência à opressão. Muitos terreiros, entidades e coletivos afro-religiosos, se pronunciaram contra a ação praticada. Fanon (2022) enfatiza a importância da união e da ação coletiva na luta contra a desumanização. O apoio à Jairo serve para reforçar a resistência contra o racismo religioso e a reafirmação das práticas culturais afro-brasileiras.

Nos vídeos analisados, percebemos que as comunidades de Tambor de Mina reconhecem a importância de fomentar o diálogo inter-religioso e educar sobre a diversidade religiosa, além de implementar rigorosamente as leis que criminalizam a intolerância religiosa. Criadores de conteúdo têm a responsabilidade de evitar sensacionalismo e estereótipos, sendo fundamental combater essas atitudes e incentivar a compreensão e o respeito entre diferentes tradições religiosas.

A luta contra a discriminação e o racismo religioso é claramente demonstrada nos vídeos analisados, onde praticantes dessas tradições debatem e enfrentam essas questões, buscando preservar sua cultura, valorizar a tradição oral e promover a compreensão mútua. A produção de vídeos é fundamental nesse processo, refletindo um esforço tangível de resistência contra a ignorância e os preconceitos, e fortalecendo a cultura religiosa. A resistência cultural visa a preservação e promoção das tradições, valores e identidades de grupos específicos.



Figura 05: Documentário intitulado Mina da Liberdade.



Fonte: Plataforma Youtube

Figura 06: Oficina coordenada pelo Museu Surrupira, da Universidade Federal do Pará.



Fonte: Plataforma Youtube

Figura 07: Documentário intitulado Mina da Liberdade.



Fonte: Plataforma Youtube

Estas três imagens retiradas dos vídeos analisados apresentam uma mobilização a favor da resistência afro-religiosa do Tambor de Mina. Esses vídeos estão presentes nos canais de seguimentos

diferentes: a tv aberta, a universidade e o poder judiciário, isso demonstra uma resistência contra o poder hegemônico de outras culturas implantadas em mundos colonizados.

Segundo Santos (2023), a contracolônização dá importância e valoriza as culturas e epistemologias restauradas durante o período colonial. Deve-se combater a exclusão cultural e a imposição de conhecimentos eurocêntricos ao apoiar as opiniões e as práticas das religiões afrodescendentes. A produção audiovisual é uma forma de recuperar e afirmar as identidades culturais que foram suprimidas ou distorcidas pelas narrativas coloniais.

Os vídeos representados pelas imagens acima apresentadas, mesmo não estando em canais de pessoas praticantes do Tambor de Mina, exaltam as tradições e rituais desta religião, proporcionando uma perspectiva genuína dessa tradição religiosas. Isso difere da maneira como é comumente retratado de forma negativa e estereotipada na mídia predominantemente.

Os vídeos estudados incorporam a proposta de contracolônização de Santos (2023), pois não apenas protegem e incentivam a cultura afro-brasileira, mas também enfrentaram narrativas coloniais e eurocêntricas que tentam reprimir essas tradições. Ao destacar a importância do conhecimento e das tradições afro-religiosas, esses vídeos ajudam a criar uma sociedade que valoriza a diversidade cultural e promove o respeito, sendo mais inclusivo e acolhedora.

Dos vídeos analisados, 100% são considerados meios de resistência contra um sistema racista, independente de manifestações racistas nos comentários, pois todos estes vídeos são produzidos com o objetivo de mostrar a identidade religiosa afrodiáspórica que foi marginalizada há séculos. A resistência envolve a desconstrução de mentalidades e pensamentos construídos de forma negativa pelo pensamento colonizador. Essa resistência é visível na abordagem dos vídeos no YouTube, que desafiam narrativas negativas e desmistificam a prática do Tambor de Mina. Ao compartilhar informações genuínas, os criadores dos conteúdos estudados nesta pesquisa combatem a ignorância e os preconceitos, permitindo uma compreensão mais profunda dessa tradição religiosa. Assim, os vídeos sobre o Tambor de Mina criam uma comunidade virtual que oferece um espaço de conexão, troca de experiências e solidariedade, formando uma rede de resistência contra a marginalização e a intolerância.

#### 4 CONCLUSÃO

Este estudo pôde observar que o racismo religioso se reveste de inúmeras máscaras que em vários momentos precisamos perceber quando é que uma atitude é considerada racista. Diversas formas de racismo religioso, que vão desde ataques a locais de culto até agressões físicas e verbais, são direcionadas aos praticantes do Tambor de Mina todos os dias. A discriminação institucional ocorre quando direitos são negados, como a concessão de rituais em espaços públicos (praças, praias, ruas, etc.). O estigma e a marginalização dos praticantes são formas de preconceito social presentes em vários ambientes, como

escolas e locais de trabalho. Os efeitos do racismo religioso são significativos e abrangem impactos psicológicos, como traumas e estresse, que podem resultar em questões de saúde mental. Consequências Culturais: Redução das práticas e implicações tradicionais, com a juventude se distanciando de suas origens devido ao temor de serem discriminados. Efeitos sociais: Divisão das comunidades religiosas e crescimento da segregação social.

O racismo religioso no ciberespaço é uma forma complexa e perniciosa de discriminação que afeta profundamente as comunidades afro-religiosas. Compreender suas raízes históricas e suas manifestações contemporâneas é essencial para desenvolver estratégias eficazes de combate e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. A resistência cultural e a educação digital são ferramentas poderosas nessa luta, ajudando a preservar a identidade e a dignidade dos praticantes de religiões de matriz africana.

Fanon (2022), Bispo dos Santos (2023) e Mignolo (2008) enfatizam a necessidade de descolonizar o pensamento e o conhecimento, promovendo uma valorização das culturas e saberes marginalizados. Quando um praticante do Tambor de Mina publica um conteúdo no YouTube, ele está criando mecanismos de resistência cultural. A música, o canto, a dança, a mitopoética envolvida, quando propagadas para fora do ambiente do terreiro, são como um meio de resistência e ao mesmo tempo podem preservar e promover as tradições e identidades dos povos afrodescendentes e colonizados.

Nosso objetivo em estudar a presença das religiões de matriz africana no ciberespaço ajudou a compreender o papel dessas religiões para aprimoramento da democracia e da igualdade entre pensamentos dentro de uma sociedade colonizada. No contexto do Tambor de Mina, a criação de vídeos sobre sua tradição representa uma forma poderosa de resistência. Ao compartilhar conhecimentos sobre rituais, mitos e práticas, esses vídeos funcionam como mecanismos importantes de preservação cultural, protegendo contra a perda e a assimilação cultural. Essas produções audiovisuais promovem o orgulho cultural e reforçam a identidade dos seguidores do Tambor de Mina, incentivando a resistência à marginalização e ao preconceito.

O Tambor de Mina se mantém resistente à preservação de sua Identidade, resiste à conversão orçada ao cristianismo e preserva os terreiros como Espaços de Empoderamento. Esta religião funciona como um local destinado a manter a identidade africana na região amazônica e a tradição é preservada através de rituais, músicas, danças e atos de devoção, mesmo diante da dominação colonial. Os seguidores desta fé se opuseram à todo tipo de imposição do catolicismo, eles ocultaram suas práticas religiosas, muitas vezes mesclando seus orixás com santos católicos. Os locais de culto afro-brasileiros se converteram em pontos de resistência e fortalecimento. Líderes religiosos, como os pais e mães de santo, tiveram participações extraordinárias na comunidade, incentivando a confiança em si próprios e a unificação social.

Apesar das dificuldades, o Tambor de Mina, juntamente com outras religiões de origem africana, perseverou sua tradição na Amazônia, obtendo ganhos significativos. Em 2007, o Tambor de Mina recebeu a designação de patrimônio cultural imaterial do Brasil. Em 2025, a Escola de Samba Acadêmicos da Grande Rio presta homenagem à tradição do Tambor de Mina com o enredo "Pororocas Parauaras: As Águas dos Meus Encantos nas Contas dos Curimbós". Sacerdotes e sacerdotisas continuam a conduzir cerimônias ricas em simbolismos, danças e músicas. A luta contra a intolerância religiosa persiste, mas a fé e a tradição mantêm viva essa manifestação tão singular.

## REFERÊNCIAS

BERNARDO, A. "Liberdade religiosa ainda não é realidade": os duros relatos de ataques por intolerância no Brasil". BBC News Brasil, 30 de janeiro de 2023. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64393722>. Acesso em 22 de agosto de 2023.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO – Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mundicarmo Ferretti (UEMA). Canal História em Campo. 2021. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=iQtOwaRnWwI&t=930s> > Acesso em 11/10/2024.

DA SILVA, Fernando Ademar. RACISMO RELIGIOSO E O DIREITO DE LIBERDADE DE CULTO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Revista Em Favor de Igualdade Racial, v. 7, n. 2, p. 68-79, 2024.

FANON. Frantz. Os condenados da terra. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar. 2022.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. Boitempo Editorial, 2023.

FERRETTI, M. Desceu na Guma: O caboclo no Tambor de Mina. Originais da 2ª ed. (1996). Pub. EDUFMA, São Luís, 2000.

FERRETTI, S. F. Querebentã de Zomadonu: Etnografia da Casa das Minas. São Paulo: Pallas, 2009.

FORBES TECH. Brasil é o terceiro país com mais usuários do YouTube em Forbes, 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/05/brasil-e-o-terceiro-pais-com-mais-usuarios-do-youtube-em-2023/>. Acesso em: 26/05/2024.

KOZINETS, Robert V. Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. São Paulo: Penso Editora, 2014.

LINDOSO, Gerson. Revisitando o passado e apontando para o presente: alguns olhares sobre a relação entre mídia e religiões afro-brasileiras. In: X Congresso de Comunicação da Região Norte-Nordeste, 2008, São Luís-MA. Anais Intercom Nordeste 2008: mídia, ecologia e sociedade, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0636-1.pdf>>. Acesso em 29/08/2024.

LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. Germinal: marxismo e educação em debate, v. 14, n. 2, p. 56-78, 2022.

MIGNOLO. Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade. no 34, p. 287-324, 2008.

OLIVEIRA, Ariadne. Religiões afro-brasileiras e o racismo: contribuição para a categorização do racismo religioso. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2017.

SANGENIS, Luís Fernando Conde; COSTA, Graziane Angélica. Neo Pentecostalismo, Racismo religioso e Intolerância Religiosa: as religiões afro brasileiras nas páginas dos jornais. In: Ivanir dos Santos e Marian Gino (orgs.) História Social da Intolerância Religiosa no Brasil: desafios na contemporaneidade. Kline Editora, 2021, p. 1240- 1518. E-book.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu. Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos; DIAS, Bruno Bonsanto; SANTOS, Luan Costa Ivanir dos. II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe /1. Ed. – Rio de Janeiro; CEAP, 2023. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www1.unicap.br/observatorio2/wp-content/uploads/2023/01/II-relatorio-de-intolerancia-religiosa-Rio.pdf> Acesso em 13/07/2024.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

TAVARES, Denise; VAZ, Dayane. Formação e testemunho: o YouTube como alternativa para a “desdemonização” das religiões de matriz africana. In: Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, 2 a 7 de setembro de 2019.